

Clenio Jair Schulze
João Pedro Gebran Neto

Direito à Saúde

**Análise à luz
da judicialização**



Catlogação na Fonte

S391d

Schulze, Clenio

Direito à saúde análise à luz da judicialização / Clenio Schulze, Joao Pedro Gebran Neto. – Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2015.

260 p.

ISBN: 978-85-7699-508-1

1. Direito À Saúde. 2. Direitos Fundamentais. 3. Poder Judiciário. I. Gebran Neto, João Pedro. UU. Título.

CDD 341.27

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima

CRB 10/1204

Editoração e projeto de capa: Daniel Scheer



Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899

(51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023.3063

verbojuridico@verbojuridico.com.br

www.verbojuridico.com.br

SUMÁRIO

Prefácios

Ministro Teori Albino Zavascki.....	07
Professor Álvaro Atallah.....	17

Introdução	21
-------------------------	----

1. Direito à saúde e o Poder Judiciário	27
1.1. Considerações iniciais	29
1.2. Direitos fundamentais sociais.....	30
1.2.1. Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial em saúde.....	31
1.2.2. Dever de progresso e proibição de retrocesso	34
1.3. A extensão do direito fundamental à saúde. A possibilidade de restrição.....	37
1.4. A crise do Estado brasileiro	43
1.5. Protagonismo do Poder Judiciário.....	45
1.6. Quais são os limites do Poder Judiciário?	48
1.6.1. Entre o ativismo judicial e a autocontenção judicial	50
1.6.2. Critérios para a teoria da decisão em processos judiciais sobre saúde pública e saúde suplementar.....	65
1.6.3. Diálogos institucionais	71
1.7. Considerações finais	75

2. Novas perspectivas sobre a judicialização da saúde	77
2.1. Considerações iniciais	79
2.2. O papel do CNJ na judicialização da saúde	79
2.2.1. Iniciativas do Fórum da Saúde do CNJ.....	83
2.2.2. Núcleos ou Câmaras de Apoio Técnico.....	83
2.2.3. Enunciados	84
2.2.4. Cartilhas.....	85
2.2.5. Mutirões de conciliação	85
2.2.6. Especialização de varas de saúde pública.....	86
2.2.7. Jornada de direito da saúde do CNJ	87
2.2.7.1. Enunciados de saúde pública.....	88
2.2.7.2. Enunciados de saúde suplementar.....	89

2.2.7.3. Enunciados de biodireto	91
2.3. Novas perspectivas de atuação do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.....	92
2.4. Legitimação democrática da decisão judicial	96
2.5. Casuística judicial	102
2.6. Considerações finais.....	107
3. Molduras jurídicas e fáticas do direito constitucional da saúde	119
3.1. Considerações iniciais	121
3.2. Moldura constitucional do direito à saúde	124
3.3. Moldura fática do financiamento à saúde	132
3.4. Princípio republicano: escolhas, escassez e racionamento	140
3.5. Aspectos positivos e negativos da judicialização	154
3.6. Considerações finais.....	158
4. Buscando uma lógica organizativa na judicialização da saúde	161
4.1. Considerações iniciais	163
4.2. Contextualizando o problema	164
4.3. Um efetivo sistema público de saúde.....	170
4.4. O que a judicialização tem a ver com isto?	172
4.5. O futuro da judicialização	193
4.6. Considerações finais.....	196
5. Como usar a Saúde Baseada em Evidências	199
5.1. Considerações iniciais	201
5.2. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas – PCDT's	202
5.3. A CONITEC e os protocolos	208
5.4. O que é medicina baseada em evidências – MBE?.....	213
5.5. Como buscar as evidências.....	224
5.6. O papel dos Núcleos de Apoio Técnico – NAT's.....	239
5.7. Considerações finais.....	243
Bibliografia	247
Sites para pesquisas de medicina baseada em evidências...	257